

Aposentadoria de ministro do STF aos 75 anos é promulgada

Emenda constitucional dá mais cinco anos de permanência nos cargos aos titulares das cortes superiores e do Tribunal de Contas da União

A Constituição agora estabelece que a aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores é aos 75 anos, e não mais aos 70. A emenda constitucional foi promulgada ontem pelo Congresso. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a medida não tem caráter político: “Leis são despersonalizadas e institucionais”. Ele frisou que a permanência por mais cinco anos, até os 75, é facultativa. **3**



Renan, entre Cunha e Lewandowski, conduz a promulgação da emenda

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Mitzy Capriles, Lilian Tintori e Rosa Orozco acusaram o governo de Nicolás Maduro de impedir a democracia

Venezuelanas pedem intervenção do Brasil

Na Comissão de Relações Exteriores, esposas de políticos venezuelanos presos e mãe de jovem morta em manifestação pediram ajuda na defesa da democracia. O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu apoio e senadores criticaram o

que chamaram de omissão do governo brasileiro. Na Comissão de Direitos Humanos, o defensor do Povo da Venezuela, Tarek William Saab, negou prisões políticas e alegou que o presidente Nicolás Maduro respeita os direitos humanos. **4 e 5**

CPI vai investigar irregularidades em fundos de pensão de estatais

Lideranças partidárias têm cinco dias úteis para indicar nomes para compor a comissão parlamentar de inquérito do Senado. Em audiência sobre o tema ontem na Comissão de Direitos Humanos, debatedores avaliaram que, para conter as irregularidades e prejuízos nos fundos

de pensão, é preciso melhorar a gestão, de forma compartilhada entre as estatais e os trabalhadores, investir em fiscalização e coibir indicações políticas. Os maiores fundos de estatais brasileiros tiveram déficit bilionário em 2014 e a conta está sendo paga pelo trabalhador, criticaram senadores. **8**

Debate aponta divergência sobre preços de genéricos veterinários **6**

Especialistas cobram a humanização dos partos no Brasil **2**

Entidades: projeto da terceirização prejudica trabalhadores **7**

Morre o ex-senador e ex-ministro Rodolpho Tourinho, aos 73 anos **2**

Plenário votará com urgência texto sobre terrenos de marinha

O projeto do governo trata de parcelamento de áreas costeiras e remissão de dívidas patrimoniais com a União. Segundo o senador Ricardo Ferraço, o texto visa simplificar processos e reduzir encargos para cerca de 10 milhões de brasileiros

que ocupam regiões na costa marítima e às margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés. Ferraço apresentou requerimento aprovado na quarta-feira para que a proposta tramite em regime de urgência no Senado. **3**



Projeto regulariza terrenos ao longo da costa, como na Praia do Janga (PE)

Wagner de Lima

2 anos da Lei Complementar 142/13
Aposentadoria especial para pessoas com deficiência

Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agora/lei

Ele esteve no Senado entre 2003 e 2007. Antes, havia sido ministro de Minas e Energia no governo FHC. Segundo Walter Pinheiro, a Bahia e o Brasil “perdem um grande expoente da política”

Morre, aos 73, ex-senador Rodolpho Tourinho

O EX-SENADOR E ex-ministro Rodolpho Tourinho morreu ontem, em São Paulo, aos 73 anos. A causa da morte não foi divulgada.

Tourinho era economista e exerceu o mandato de senador entre 2003 e 2007, pelo PFL da Bahia, na vaga de Paulo Souto. Foi secretário da Fazenda da Bahia (1991-1998) e ministro de Minas e Energia (1999-2001). Também foi membro do Conselho Superior Estratégico e do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ele vinha exercendo o cargo de presidente-executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Era formado em economia pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em economia e administração de empresas pela Bradley University, nos Estados Unidos.

Ontem, durante a sessão do



Tourinho discursa no Plenário: ex-senador morreu ontem, em São Paulo

Congresso Nacional, Walter Pinheiro (PT-BA) prestou uma homenagem a Tourinho. Vários senadores também lamentaram a morte.

Pinheiro se solidarizou com os familiares e destacou que a Bahia e o Brasil “perdem um grande expoente da política”:

— Fica a história desse baiano que deixou seu legado,

o que escreveu e o que fez, a sua grande contribuição neste Parlamento e em todas as instâncias por onde passou. Uma figura que só engrandece, por meio de seu nome, toda a história da Bahia. Fica agora, principalmente, o que ele construiu ao longo de sua vida pública com dedicação e com grande louvor — disse.

“Era um homem ético, correto e trabalhador”, afirma Otto Alencar

Otto Alencar (PSD-BA) apresentou um requerimento com voto de pesar pela morte do ex-ministro e ex-senador Rodolpho Tourinho.

— Era um exemplo de homem ético, correto, trabalhador, que, tendo ocupado vários cargos ao longo da vida pública, nunca houve quem pudesse fazer uma crítica que deslustrasse sua imagem e sua conduta ética e moral. Rodolpho era um baiano querido por todos nós — disse Otto Alencar.

De acordo com ele, Tourinho foi “um senador brilhante, que trabalhou muito aqui no Senado em várias matérias importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil”.

— O que mais se exige dos homens públicos é ter moral, ter condição de, com dignidade, encarar as coisas da vida pública e passar ao longo dela sem nenhuma acusação, nenhuma mácula que possa de alguma forma deslustrar a sua imagem.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Paim, político ajudou a aprovar Estatuto da Igualdade Racial

Rodolpho Tourinho foi homenageado no Plenário por Paulo Paim (PT-RS), que disse falar “de coração sobre a saudade deixada por esse líder político”. De acordo com Paim, o Estatuto da Igualdade Racial aprovado no Legislativo teve em Tourinho o principal relator.

O senador encaminhou um voto de pesar pela morte e lembrou que de 1999 a 2001 Tourinho foi ministro de Minas e Energia, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foram criados programas como o Luz no Campo, de universalização da energia elétrica, precursor para todos os outros programas de termelétricidade, como o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) e o Programa Emergencial de Termelétricidade (PET).

— Se não fosse por essas iniciativas, que viabilizaram a construção de várias usinas termelétricas, teríamos enfrentado novos racionamentos de energia nas crises hídricas recentes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debate aponta banalização da cesariana e sugere humanização

A violência na atenção obstétrica foi o tema de um debate no Senado que discutiu as formas de humanizar o atendimento às gestantes.

Muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde no mundo inteiro. Essa realidade é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde e coloca em risco a vida da mãe e da criança. No Brasil, um dos problemas apontados pelos participantes da audiência, organizada pela Procuradoria da Mulher no Senado, é a banalização das cesarianas, nas quais o país é campeão mundial. Isso dificulta a redução mais rápida da mortalidade materno-infantil.

Esther Vilela, coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, explicou que a morte materna tem caído no Brasil, mas citou os fatores que ainda causam

esses óbitos e que não estão ligados necessariamente a alguma doença específica.

— Porque peregrinou, porque foi negligenciada, porque houve demora no seu atendimento, porque houve más práticas de atenção ao parto e nascimento — afirmou.

Segundo Daphne Hattner, presidente da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento, o acesso ao exame pré-natal pelo Sistema Único de Saúde está praticamente resolvido no país. O problema é humanizar a assistência.

— A humanização da atenção à gestação e ao parto é a saída para a gente reduzir a violência. Ela é o contraponto. É a resposta possível — disse.

Segundo os participantes do debate, um dos principais desafios para enfrentar o problema no Brasil é ajudar estados e municípios a executarem as metas fixadas pelo Ministério da Saúde.



Daphne fala sobre parto em debate presidido pela senadora Regina Sousa (C)

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Programa da Rádio Senado celebra aniversário de Beth Carvalho

O programa *Eu Quero um Samba*, da Rádio Senado, recebe neste final de semana Beth Carvalho, que completou 69 anos na terça-feira. Ela contará um pouco da trajetória e apresentará músicas que marcaram a carreira.

— A gente canta nos shows as músicas que o povo elegeu. Aí chega à conclusão de que o povo tem razão — disse a

cantora e compositora carioca, que tem 33 álbuns e é intérprete de clássicos como *Coisinha do pai*, *Vou Festejar* e *Andança*.

EU QUERO UM SAMBA
 Rádio Senado:
 • sábado: às 12h
 • domingo: às 14h
 Internet (a partir de hoje):
 • <http://bit.ly/EuQueroSamba>

TV apresenta Município Brasil e Em Discussão!

Na edição especial de aniversário de um ano, o programa *Município Brasil*, da TV Senado, mostra de que maneira o pacote do ajuste fiscal proposto pelo governo federal, com medidas que alteram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, afeta a vida das pequenas, médias e grandes cidades.

Também será apresentado o último episódio da série “Se Mexe, Brasil”, sobre mobilidade urbana, que retrata as dificuldades de quem

depende de barcos para sobreviver, como moradores de Macapá e de Chaves, na Ilha do Marajó (PA). Participam desta edição Ana Amélia, Simone Tebet (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Já o programa *Em Discussão!* apresenta debate da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o projeto de terceirização, realizado dia 13 de abril. No mês passado,

após 11 anos de tramitação, a Câmara aprovou projeto que regulamenta a terceirização, dividindo opiniões pelo país. O texto será agora analisado pelo Senado.

MUNICÍPIO BRASIL
 ESTREIA: sábado às 20h
 REAPRESENTAÇÃO:
 • domingo: às 8h30 e às 15h30

EM DISCUSSÃO
 ESTREIA: sábado às 23h30
 REAPRESENTAÇÃO:
 • domingo: às 9h e às 16h30
 • segunda: às 1h30
 • sábado (16): às 16h30

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Discursos
 9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

PRESIDÊNCIA Fiesp
 13h Renan Calheiros reúne-se com o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Emenda Constitucional 88, que amplia idade para aposentadoria compulsória para ministros dos tribunais superiores, poderá ser estendida a todos os servidores públicos

Ministro do STF já pode se aposentar aos 75 anos

O CONGRESSO PROMULGOU ontem a proposta de emenda à Constituição que amplia de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). A PEC 42/2003, conhecida como PEC da Bengala, foi aprovada pela Câmara na terça-feira.

Ao presidir a sessão de promulgação da Emenda Constitucional 88, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, parabenizou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, pelo empenho em aprovar a proposta e demonstrar que as duas Casas (Câmara e Senado) “devem estar afinadas e sensíveis às causas meritórias.”

— É uma emenda sintonizada com os novos tempos. Além de não desperdiçar cérebros, a proposta implica uma economia estimada de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos em cinco anos. Enquanto o Executivo castiga os trabalhadores em busca de R\$ 18 bilhões, o Congresso dá sua contribuição ao ajuste, imprópriamente denominado de fiscal, e apresenta uma economia de R\$ 4 bilhões ao ano. Como se vê, a experiência não tem preço, mas sim economia — declarou Renan.

Após negar qualquer viés político na aprovação da ma-

téria, afirmando que “leis são despersonalizadas e institucionais”, Renan observou que a extensão da permanência dos ministros do Judiciário e do TCU por mais cinco anos é facultativa.

— Conforme a emenda, os que desejarem continuar na magistratura deverão ser novamente sabatinados pelo Senado, que não abrirá mão da prerrogativa de fazê-lo — assegurou Renan, comentando ainda que projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) já tratou de estender as mesmas condições de aposentadoria compulsória para o funcionalismo público federal, estadual e municipal (PLS 274/2015).

Para Eduardo Cunha, a aprovação da PEC 42/2003 dá seguimento à sua orientação na Câmara de votar matérias cujas posições — convergentes ou divergentes — precisam ser refletidas no voto. Assim, se uma proposição está pronta para ser votada, ela deve ser votada, acrescentou.

— Mudaram os tempos, é natural que mudem as regras. Hoje, a expectativa de vida é superior a 75 anos. Mas a atual Constituição mantinha uma regra da Constituição de 1946. Essa mudança contribui para a eficiência do serviço público. É um gesto para melhorar as contas públicas — resumiu o presidente da Câmara.



Eduardo Cunha (4º à esq.), Renan Calheiros e Ricardo Lewandowski, do STF, entre representantes do Judiciário na solenidade

Senadores celebram novo limite de idade

A promulgação da Emenda Constitucional 88, que teve origem em uma PEC apresentada pelo ex-senador Pedro Simon, foi comemorada pelos parlamentares.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que é conterrânea de Simon, parabenizou o ex-senador:

— Penso que o estado tem orgulho de saber que o seu autor, o senador Pedro Simon, é o responsável pelo ato que estamos assistindo neste momento.

Edison Lobão (PMDB-MA) lembrou que a ideia de ampliar a idade para aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sofreu resistências no Congresso. Ele parabenizou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por colocar a proposta em pauta.

— Não fosse a iniciativa de Vossa Excelência, a coragem, junto com o

deputado Eduardo Cunha, nós não teríamos chegado ao momento em que agora estamos — disse Lobão, que saudou ainda Pedro Simon e os ex-senadores José Sarney e José Jorge pelas contribuições à proposta.

A emenda poderá ser ampliada para todos os servidores públicos. O senador José Serra apresentou projeto de lei complementar que estende para o funcionalismo público federal, estadual e municipal dos três Poderes

as mesmas condições.

Serra afirma que a medida representa economia para os cofres públicos e que o agente público terá mais tempo para garantir melhores proventos durante a aposentadoria.

— É um projeto que só proporciona ganhos do ponto de vista econômico e salarial, sem falar no aproveitamento de pessoas que estão em pleníssimas condições de trabalho — destacou o senador.



Edison Lobão lembra que proposta sofreu resistência no Congresso

Modelo brasileiro é criticado por associação de magistrados

Conforme a proposta, a aposentadoria compulsória aos 75 anos será adotada de imediato para os ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.

A alteração terá grande impacto no STF. Até 2018, cinco ministros alcançariam 70 anos e seriam aposentados pela

norma anterior. Além disso, a presidente Dilma Rousseff terminaria o mandato tendo escolhido a maioria dos ministros da Corte.

Com a ampliação da aposentadoria, a presidente perderá esse poder de escolha se os atuais ministros permanecerem no cargo até o limite de 75 anos, deixando de gerar vaga a ser preenchida.

Estudo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) mostra que o modelo nacional — com aposentadoria obrigatória do ministro do STF que completar 70 anos — só tem equivalência na Áustria e na Bélgica. Itália, França, Espanha e Portugal não fixam idade para aposentadoria, mas mandatos para os ministros. Nos três primeiros países, o

mandato é de nove anos, enquanto o modelo português estabelece mandato de seis anos. A Alemanha combina os dois critérios: além do mandato de 12 anos, há limite de idade de 68 anos para os juízes ocupantes da corte constitucional.

Nos Estados Unidos, não há mandato nem limite de idade. O juiz indicado à Suprema

Corte tem mandato vitalício.

A AMB é contra a proposta aprovada. A entidade aponta que a PEC vai aumentar de 17 para 22 anos o tempo médio em que um ministro ocupará o cargo no STF. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estima a AMB, o magistrado que hoje passa, em média, 19 anos no cargo passará a ocupar a posição por 24 anos.

Projeto sobre terrenos de marinha tramita com urgência

O Plenário vai votar em regime de urgência o Projeto de Lei da Câmara 12/2015, do Executivo, que trata de parcelamento de terrenos de marinha e remissão de dívidas patrimoniais com a União. O requerimento de urgência, de Ricardo Ferraço (PMDB-PB), foi aprovado na quarta-feira.

Segundo o senador, o projeto, acordado entre o governo e a Câmara, simplifica os processos, reduz encargos e torna

mais transparente e mais justo o instituto dos terrenos de marinha, beneficiando cerca de 10 milhões de brasileiros:

— Estamos prontos para votar esta matéria, pois é um texto que atende ao clamor da sociedade brasileira.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou com a urgência e disse que a matéria é muito importante como alternativa de receita para “o momento fiscal

dramático” que vive o país. Como a intenção é estimular a regularização dos terrenos, o governo passaria a arrecadar mais tributos com a inscrição desses imóveis.

O texto aponta regras que a União deve seguir sobre o parcelamento de terrenos de marinha. Além das áreas ao longo da costa marítima, são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência

de marés. Ao longo dos anos, muitos imóveis foram ocupando as áreas de marinha — dando ao governo o direito de cobrar taxas pela ocupação. Moradores, no entanto, questionam cálculos, critérios e marcações do governo. Na justificativa do projeto, o governo admite que a norma atual acabou por funcionar no sentido contrário do esperado, ou seja, contra a regularização.

De acordo com o governo, a

proposta visa à desoneração do particular, por trabalhar com estímulos, tanto em função da formalização da inscrição de ocupação, quanto das taxas incidentes sobre essas ocupações. Agora, para demarcar nova área, o governo deverá fazer audiências públicas e informar a população atingida. Há ainda regras sobre multas, redução de taxas e perdão de dívidas relacionadas à ocupação dos terrenos.

Esposas de políticos da oposição presos e mãe de jovem morta em manifestação querem que Brasil atue para defender a democracia e os direitos humanos no país vizinho

Mulheres ativistas da Venezuela pedem ajuda

EM EMOCIONADO DEPOIMENTO à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ontem, a ativista Lilian Tintori criticou duramente o regime chefiado pelo presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, e pediu ao Brasil que “se levante e alce sua voz para ajudar cada venezuelano a levantar as bandeiras da democracia e dos direitos humanos”.

Esposa do líder de oposição Leopoldo López, ela estava acompanhada de Mitzy Capriles, esposa do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e de Rosa Orozco, que teve uma filha assassinada durante manifestação contra o governo em Caracas. Leopoldo López está preso há mais de um ano. Também está na cadeia o prefeito de Caracas.

— O mundo inteiro sabe que na Venezuela não se vive em uma democracia. Mais de 80% dos venezuelanos pedem mudança. Precisamos de ajuda dos países da região — disse Lilian.

Depois da audiência, as três foram recebidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (*leia mais na página ao lado*), e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Elas não conseguiram marcar encontro com a presidente Dilma Rousseff. O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e o senador José Serra (PSDB-SP) estiveram no Ministério das Relações Exteriores para tentar agendar uma entrevista com o ministro Mauro Vieira. Não obtiveram êxito. Apenas no final da audiência pública na CRE, foram informados pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) de que as duas seriam recebidas pelo chefe do Departamento de América do Sul 2, Baena Soares.

Segundo Lilian, ocorreram 25 mil mortes por violência na Venezuela no ano passado. Existem grandes filas para comprar alimentos, há dificuldade para obter remédios e a inflação já alcança 74%. Além disso, observou, existem 89



Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira coordenam debate com as venezuelanas Mitzy Capriles, Lilian Tintori e Rosa Orozco

presos políticos. Por sua vez, Mitzy lembrou que seu marido foi “simplesmente arrancado de seu posto de trabalho”, na prefeitura de Caracas, e está preso há três meses.

Queima-roupa

No depoimento mais contundente, Rosa Orozco informou que sua filha de 23 anos foi baleada “à queima-roupa”

por um integrante da Guarda Nacional da Venezuela em 19 de fevereiro de 2014, simplesmente por participar de uma manifestação com cartaz contra o governo, e morreu dois dias depois. Ela mostrou aos parlamentares fotos de sua filha baleada.

— Não podemos permitir que essas coisas sigam acontecendo. Temos uma milícia

de coletivos, que são pessoas civis armadas, que vivem matando os que opinam diferente do governo. É uma violação à minha alma, a minha vida se foi com minha filha — disse Rosa.

Ao abrir a reunião, Aloysio disse ter ouvido do ministro Mauro Vieira que uma comissão de representantes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) tem contribuído para reduzir as tensões na Venezuela. O senador lamentou, porém, que as violações aos direitos humanos tenham se multiplicado depois das eleições presidenciais e que o governo brasileiro não tenha até o momento tomado uma atitude mais enérgica para reagir a esse fato. Aloysio ressaltou ainda que, como integrante do Mercosul, a Venezuela tem de seguir a chamada “cláusula democrática” do grupo, estipulada pelo Protocolo de Ushuaia.

— O Brasil quer ter peso cada vez maior nas decisões internacionais. Temos pretensão de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, além do desejo de ser peça-chave em negociações sobre o comércio internacional. Por que o Brasil não atua com seu peso próprio pelo menos nas questões fundamentais como direitos humanos e democracia? Um país do nosso tamanho não pode se omitir nessa questão — afirmou o senador.

Junto a Aloysio na Mesa, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) relatou ter percebido em recente encontro sobre direitos humanos realizado no Peru uma “enorme cobrança de posicionamento mais claro do Brasil” em relação ao tema. A presença de parlamentares da base de apoio ao governo na reunião foi considerada pelo senador um sinal de que “começa a haver constrangimento” em relação à “cômoda omissão” do governo brasileiro em relação à situação da Venezuela.

Senadores criticam “omissão” do governo brasileiro

Na audiência, senadores de oposição lamentaram o que chamaram de “omissão” do governo brasileiro em relação ao desrespeito a direitos humanos na Venezuela. Para eles, o Congresso Nacional deve tomar a iniciativa de questionar o silêncio do Itamaraty diante da implantação do que definem como uma “ditadura” no país vizinho.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), “já passou da hora de o Congresso brasileiro ser mais afirmativo” em relação ao tema. Em sua opinião, houve uma contradição entre as maneiras como o Brasil reagiu diante das crises do Paraguai e da Venezuela. No caso do Paraguai, recordou, o país foi afastado do Mercosul “sem direito de defesa” depois do impeachment do presidente Fernando Lugo. Em comparação, o governo brasileiro assiste a cenas de desrespeito aos direitos humanos na Venezuela “como se não fosse com ele”.

Depois de ouvir os relatos das esposas de líderes da oposição venezuelana, Lasier Martins (PDT-RS) lamentou o “cenário de terror que vive a Venezuela”. José Serra (PSDB-SP) comparou o silêncio da diplomacia brasileira ao envio de tropas à República Dominicana pelo então presidente Castelo Branco, para atender um pedido dos Estados Unidos, na década de 1960. Segundo ele, são dois



Devido ao grande número de senadores e deputados, a audiência aconteceu em auditório maior que o habitual da comissão

“episódios vergonhosos” da política externa do Brasil.

José Agripino (DEM-RN) lamentou que a omissão do governo brasileiro estimule o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, a prosseguir os desrespeitos aos direitos humanos. Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou ter sido contrário, como relator, ao pedido de ingresso da Venezuela no Mercosul, exatamente por descumprimento da cláusula democrática do bloco. Ana Amélia (PP-RS) comparou o assassinato da jovem filha de Rosa Orozco, durante manifestação, às execuções promovidas por militantes do Estado Islâmico.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu desculpas, em nome do povo brasileiro, pela omissão do governo em relação às práticas de desrespeito aos direitos humanos na

Venezuela. Ronaldo Caiado (DEM-GO) alertou para a necessidade de defender a democracia na América do Sul para não serem repetidas no Brasil cenas hoje registradas no país vizinho. Por sua vez, Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que o Brasil não pode ficar “silente, inerte e omissos” diante de uma “ditadura cruel”.

Vigilância

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) também pediu “vigilância permanente” em defesa da democracia, mas ressaltou que no Brasil, ao contrário do que ocorre no país vizinho, há liberdade de imprensa e disse que aqui é “raro um jornal que apoia o governo”. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) recorreu a versos do poeta amazonense Thiago de Mello para confortar as es-

posas dos líderes de oposição venezuelanos, dizendo que “faz escuro, mas eu canto”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) prestou “profunda solidariedade” às venezuelanas que estiveram na comissão, mas advertiu que a “pior coisa que pode acontecer com a Venezuela para o Brasil é aquele país descambar para uma guerra civil”. Por isso, defendeu a busca de conciliação pela diplomacia brasileira. Ao final da audiência, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a busca de diálogo entre governo e oposição no país vizinho, mas observou que a Venezuela tem “elementos frequentes de aferição da democracia”. Ela também lembrou o poeta Thiago de Mello, mas recorreu a outro poema, *Os Estatutos do Homem*, para defender a “luta pela igualdade entre os homens”.

Venezuela respeita os direitos humanos, afirma defensor do Povo

Tarek Saab defendeu o governo de Maduro e a transparência nas eleições. Informou que o prefeito de Caracas está em prisão domiciliar

O DEFENSOR DO Povo da Venezuela, Tarek William Saab, negou ontem a prisão de lideranças políticas. Disse que o país governado por Nicolás Maduro respeita os direitos humanos e a democracia e conta com sistema eleitoral de “transparência digna”. As notícias divulgadas pela imprensa sobre a Venezuela, segundo ele, não correspondem à verdade.

— Em nosso país se vive, se respira rigorosa democracia participativa, com muito debate popular em todos os níveis. Na transformação institucional que viveu a Venezuela, o povo se tornou protagonista indiscutível, privilegiado, através de processo pacífico. Isso se deveu à vitória pacífica e legal do presidente Hugo Chávez, que instituiu mudanças constitucionais que o país reivindicava — afirmou.

Tarek informou que o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, não se encontra mais em prisão fechada, mas em prisão domiciliar por decisão da própria Justiça venezuelana. As autoridades locais mantêm detidos apenas os acusados de homicídios e de ações ilegais como o terrorismo. Tarek acusou governos anteriores ao de Chávez de promover ações terroristas e criminais, com prejuízos à população.

O defensor participou de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater a situação da Venezuela, junto com a embaixadora do país, María Lourdes Durant, e o cônsul-geral em São Paulo, Manuel Vadell. Os diplomatas não se manifestaram durante o debate, de iniciativa de Lindbergh Farias (PT-RJ) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

Tarek exibiu fotos para justificar que as violentas manifestações ocorridas na Venezuela, no primeiro semestre de 2014, foram promovidas por terroristas armados interessados em desestabilizar o regime. Ele disse que 43 pessoas morreram em decorrência dos episódios, muitas delas funcionários do governo e policiais:

— Não permitiremos impunidade. Foram manifestações terroristas armadas que implicaram tática insurrecional. Eram terroristas armados atuando com dezenas de companheiros. Queimaram unidades que servem para estabelecer a ordem pública. Funcionários e policiais foram sequestrados por manifestantes encapuzados e armados.

Consultas populares

As decisões do governo venezuelano, segundo ele, foram respaldadas em 18 consultas populares realizadas nos últimos anos. A Constituição do país é “moderna e exemplar em matéria de direitos

humanos no mundo, o que obviamente tem permitido extraordinários avanços de caráter institucional”.

— Cada vez mais a nossa democracia se consolida, independentemente das debilidades que podem atingir todos os regimes. A Defensoria do Povo é independente do Poder Executivo — afirmou.

Notícias da imprensa

Para Donizeti, há um movimento, tanto na Venezuela quanto no Brasil, “com a interferência de organismos internacionais, para desestabilizar a América do Sul e fazer com que os exploradores, que durante séculos massacraram o povo, retornem ao poder, não pelo voto, mas pela força”.

O senador disse que as notícias da imprensa sobre a Venezuela “não têm muita validade” e que o governo de Nicolás Maduro foi eleito de forma democrática. Ele acrescentou que o discurso da oposição na Venezuela é o mesmo feito pela oposição brasileira contra o governo da

presidente Dilma Rousseff.

— Lá há uma parcela que não quer respeitar o resultado da eleição, tal como aqui.

Regina Sousa (PT-PI) também afirmou que há disputa ideológica com clara intenção de fazer propaganda contra os governos de esquerda na América do Sul. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que os parlamentares da oposição, que na parte da manhã lotaram a Comissão de Relações Exteriores para ouvir esposas de líderes da oposição na Venezuela, não tenham ido à CDH. Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou que a legislação venezuelana prevê a revogação popular de mandatos e disse que alguns opositores são os mesmos que tentaram o golpe de Estado contra Chávez, em 2002.

Em resposta à Beatriz Kicis, procuradora do DF, Tarek disse que resolução do governo venezuelano regula apenas o uso da força quando as manifestações tornam-se “violentas e não pacíficas”. O defensor negou fraudes nas eleições.



Em audiência pública coordenada pela senadora Regina Souza, Tarek William Saab defende o governo da Venezuela

Renan garante apoio do Congresso na busca do equilíbrio

O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu total apoio do Congresso na busca pelo equilíbrio social e político na Venezuela. Ele recebeu a visita das ativistas de oposição Lilian Tintori, Mitzy Capriles e Rosa Orozco, acompanhadas de senadores e deputados federais brasileiros (leia mais na página 4).

As três mulheres pediram a Renan o apoio do Congresso Nacional e também ajuda para levar seus pedidos aos organismos internacionais, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

— Estamos vivendo uma crise econômica, social, polí-

tica e humanitária. Só estamos em busca de paz, diálogo e liberdade para nossos presos políticos. Precisamos da ajuda dos países da região e estamos com um sentimento de que o Brasil está se omitindo — disse Lilian.

Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), as mulheres contaram que, apenas no ano passado, foram registradas 25 mil mortes por violência na Venezuela. De acordo com as ativistas, a população venezuelana enfrenta grandes filas para comprar alimentos; a inflação já alcança 74%; existe dificuldade para comprar medicamentos; grupos civis andam armados nas ruas e matam os que opinam dife-

rentemente do governo; e há 89 presos políticos no país.

— Tenho acompanhado o que está acontecendo na Venezuela de forma a encontrar a melhor maneira de colaborar nesse processo. Agilizamos a ida de uma comissão de senadores e deputados para Caracas o mais breve possível. O Brasil está atento. Nossa Constituição já tem mais de 25 anos e o Parlamento trabalha em perfeita harmonia com a oposição — disse Renan.

Aécio Neves (PSDB-MG), que participou do encontro, afirmou que Renan tem tido “todo o equilíbrio” na condução dos trabalhos no Parlamento.

— Neste caso específico,

ele está dando à oposição a oportunidade de fazer o que o governo deveria estar fazendo. Estamos ocupando essa lacuna e estamos de braços abertos ao povo da Venezuela — afirmou Aécio.

Renan disse ter feito um apelo para que a presidente Dilma Rousseff receba as venezuelanas.

— Mas creio que não foi possível. Quero garantir que o Congresso está atento aos desdobramentos dessa crise em seu país e que estamos completamente a disposição para colaborar — disse Renan.

O presidente do Senado recebeu das ativistas um livro e também um CD com músicas típicas da Venezuela.

Cássio lamenta recusa de Dilma em ouvir venezuelanas

O líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB), condenou a recusa da presidente Dilma Rousseff de receber as ativistas de oposição ao governo venezuelano que estão em visita ao Brasil.

Cássio lamentou que nem a condição de gênero tenha sensibilizado a presidente a ouvir Lilian Tintori, Mitzy Capriles e Rosa Orozco.

— São mulheres altivas, mulheres que acreditam que, maior do que os seus dramas pessoais, estará presente sempre o compromisso por uma Venezuela livre e melhor — disse Cássio.

Ele elogiou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por receber as três em audiência ontem.

Ana Amélia diz que depoimentos são comoventes

Ana Amélia disse que os depoimentos das esposas de dois líderes opositores ao governo da Venezuela foram comoventes. De acordo com a senadora, as mulheres também expressaram de modo corajoso o desejo de se manterem na luta pelo direito de expressão e pelas liberdades em seu país.

— Tudo nos remete à necessidade de mantermos em nosso próprio país a democracia. Esse contraditório que nós temos aqui na Casa com muita frequência, que nos permite divergir, sempre no campo das ideias, jamais ir para o campo da violência — afirmou.

Petecão critica visita de Evo Morales ao Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) criticou a visita do presidente da Bolívia, Evo Morales, ao Acre,

onde participou da inauguração de um frigorífico. Ele lembrou episódios em que Evo teria desrespeitado os brasileiros, como na nacionalização do setor de gás e petróleo com a ocupação de refinarias da Petrobras.

— É como se Evo tivesse entrado na minha casa, levado a TV e dado uma surra no meu menino e hoje fosse recebido na minha casa com toda a pompa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Genéricos veterinários provocam polêmica sobre queda nos preços

Governo, senadores e representantes do setor acreditam que venda dos produtos reduzirá custos; indústria diz que há muita oferta

APESAR DA APOSTA da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, de que a entrada dos genéricos de uso veterinário poderá baratear significativamente os preços dos medicamentos, repetindo o que ocorreu com os remédios de uso humano, a indústria não demonstra a mesma confiança. Em debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, Ricardo Pinto, afirmou que o mercado apresenta elevada oferta de fármacos veterinários, não sendo possível estimar um percentual de redução de preços.

— Não tenho possibilidade de projetar o que poderá acontecer. Pode haver economia, mas o mercado veterinário já é bastante suprido por similares — justificou.

A produção de genéricos de uso veterinário é esperada com grande expectativa pelos pecuaristas, em especial por criadores de gado de corte, para reduzir os custos da atividade. A Lei de Medicamentos Genéricos de Uso Veterinário (Lei 12.689/2012), que se originou de projeto do senador Benedito de Lira (PP-AL), só foi regulamentada na quarta-feira, pelo Decreto 8.448/2015.

Essa demora de cerca de



Ana Amélia (C) preside audiência interativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre genéricos de uso animal

três anos para colocar a legislação em prática foi criticada pela presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), e pelos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Benedito de Lira disse ter tratado do tema com todos os ministros da Agricultura desse período e elogiou a presteza de Kátia Abreu em resolver o problema.

Porém, a representante do ministério, Maria Angélica de Oliveira, informou que o órgão tem grande volume de demandas e enfrenta restrição de pessoal. Tal situação gerou preocupação entre os senadores presentes à audiência, uma vez que o registro dos produtos genéricos veterinários estará a cargo do ministério.

Ricardo Pinto disse que a indústria que produz remédios veterinários, nacional ou estrangeira, estará interessada em buscar o registro do produto genérico, até mesmo para ter uma segunda marca. Ele acredita que fabricantes de genéricos de uso humano também poderão se interessar pelos de uso animal. Benedito de Lira se disse animado com a perspectiva.

— A clientela é grande. O Brasil é o maior exportador de carne do mundo e possui rebanho de mais de 200 milhões de cabeças — ressaltou o senador.

O presidente substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ivo Bucaresky, ofereceu ajuda

ao Ministério da Agricultura, aproveitando a experiência da agência na regulamentação dos genéricos de uso humano. Ele informou que o país conta com 20 laboratórios para fazer o teste de bioequivalência farmacêutica, procedimento inicial para aprovação de um pedido de registro de medicamento genérico.

Wellington Fagundes (PR-MT) e Benedito, autores do requerimento para realização da audiência, e a consultora da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Tânia Lyra estão confiantes de que a oferta de genéricos de uso animal, além de reduzir custos da pecuária, contribuirá para elevar a competitividade da produção brasileira.

Eduardo Amorim critica violência, educação e saúde em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou o que chamou de desgoverno em Sergipe, citando como exemplos a violência, a educação e a saúde. O senador relatou que há um mês o governo anunciou investimentos de R\$ 25 milhões em segurança pública, mas o que se vê no estado é insegurança.

— Até as delegacias são invadidas por bandidos durante a madrugada!

No último final de semana, houve 22 mortes no estado e a maioria dos criminosos não foi capturada, disse. Com relação à educação, ele afirmou que o índice de analfabetismo entre os jovens de 15 a 17 anos é alto. Sobre a saúde, reclamou da caótica situação dos hospitais.

— Sergipe tem a pior taxa de leitos por habitantes do Nordeste — criticou.

Gladson lembra dois anos da morte de Orleir Cameli

Gladson Cameli (PP-AC) registrou que hoje faz dois anos da morte do seu tio Orleir Cameli, que foi governador do Acre e prefeito de Cruzeiro do Sul (AC). Ele disse que entrou na vida pública inspirado pelo tio.

O senador contou que Orleir era um grande empresário da construção civil e da pecuária, que disputou o governo do estado nos anos 90 com a meta de promover a integração do Acre por meio da construção da BR-364, estrada que liga a capital, Rio Branco, a Cruzeiro do Sul, passando por quase todo o estado. Gladson cobrou do governo federal atenção à rodovia, que, segundo ele, está em péssimas condições:

— Quero convocar as autoridades competentes, o Ministério dos Transportes, para que se inicie imediatamente essa recuperação.

Comissão avalia políticas de defesa agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o cronograma de atividades para avaliação das políticas de defesa agropecuária, proposto pelo senador Dário Berger (PMDB-SC).

Além de requisitar documentos sobre as ações empreendidas no Executivo no âmbito da defesa agropecuária, a comissão fará seis audiências públicas e um seminário, com autoridades e especialistas,

para tratar de aspectos como sanidade vegetal e animal, fiscalização de insumos usados na agropecuária e segurança sanitária.

Os senadores querem saber como está a estrutura federal de defesa agropecuária, a execução orçamentária do setor, o funcionamento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e a interação dos órgãos públicos com o setor

produtivo. Querem também discutir segurança alimentar e a atuação da vigilância sanitária na produção agrícola familiar, entre outros temas.

Dário Berger pretende apresentar um relatório preliminar à CRA em outubro e o relatório final em dezembro. A Comissão de Agricultura também acompanhará este ano a Política de Extensão Rural, que terá como relator o senador Donizeti Nogueira (PT-TO).



Proposto por Dário, cronograma para análise do tema foi aprovado ontem

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portella

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Empregado doméstico agora terá segurança, diz Telmário

Senador diz que, por causa da falta de direitos, categoria ainda é “escravizada”. Projeto que muda as regras atuais foi aprovado anteontem pelo Senado e agora depende da sanção presidencial

TELMÁRIO MOTA (PDT-RR) afirmou que o Senado, ao aprovar anteontem o projeto de lei que regulamenta os direitos dos empregados domésticos, faz justiça a esses trabalhadores, “que ainda são escravizados”. Em entrevista à Rádio Senado, Telmário contou que sua mãe era empregada doméstica.

— Os empregados domésticos sempre trabalharam muito, mas sem direitos. Eles esperavam este momento com muita ansiedade. Finalmente vão ter segurança e garantia — afirmou.

O projeto agora depende da sanção da presidente Dilma Rousseff. Entre os direitos previstos, estão registro na carteira de trabalho, jornada semanal de 44 horas, hora extra remunerada e adicional noturno.

O senador, porém, vê dois problemas na proposta aprovada. O primeiro é o prazo de até um ano para que o empregador pague as horas extras ou o empregado tire a folga correspondente.

— Isso é oficializar a escrava-



Telmário afirma que empregado doméstico finalmente será tratado com justiça

tura. Discordo. O trabalhador não pode esperar um ano para receber a hora extra. Deveria ser no máximo três meses.

O segundo ponto criticado por Telmário é o que prevê o recolhimento mensal de 3,2% para serem utilizados pelo empregador no pagamento da indenização ao trabalhador em caso de demissão sem justa causa. Havendo justa causa ou morte, por exemplo, o dinheiro voltará para o patrão.

— Isso pode gerar uma zona de atrito. O empregador pode querer botar a mão nesse fundo — argumentou.

Questionado se as regras

criarão uma situação difícil para as famílias, ele respondeu:

— O empregador tem que entender que, enquanto ele está lá ganhando seu salário, tem alguém trabalhando quase de graça para ele, limpando a casa, passando a roupa, fazendo a comida, cuidando do filho. É preciso entender que o empregado tem os mesmos direitos que ele próprio tem.

Apesar das críticas, Telmário se disse feliz com a aprovação:

— Minha mãe era empregada doméstica. Ela não está mais viva, mas aqueles que estão vivos serão agora tratados com justiça.

Direitos do trabalho doméstico são conquista das mulheres, afirma Rose



Waldemir Barreto/Agência Senado

A regulamentação da emenda constitucional que garantiu aos empregados domésticos

igualdade nos direitos trabalhistas foi importante conquista para as mulheres trabalhadoras, segundo Rose de Freitas (PMDB-ES). A senadora assinalou que a mão de obra doméstica é predominantemente negra e é mais de 90% feminina. Essa categoria era submetida a regime de “verdadeira escravidão” pela falta de reconhecimento de direitos.

— É fundamental admitirmos que, para algumas coisas neste país, tem que se dar um basta nítido, firme, com o propósito de se adequar toda a política de avanço e modernidade que o mundo requer, com justiça social — disse.

Entre as novas regras, Rose destacou o direito ao FGTS e ao seguro contra acidentes, além da possibilidade de o empregador deduzir do Imposto de Renda as despesas com empregados domésticos. Ela avalia que as medidas contribuem para combater a informalidade no setor e resgatar a dignidade das mulheres.

Para Donizeti, redução da maioria penal não vai reduzir a violência



Waldemir Barreto/Agência Senado

Donizeti Nogueira (PT-TO) manifestou ontem posição contrária à redução da maioria

penal. O senador afirmou que a medida trará problemas para a sociedade e não vai reduzir a violência.

Donizeti explicou que o sistema penitenciário brasileiro não recupera, mas colabora para a formação de mais bandidos. Para o parlamentar, o investimento na educação seria o melhor caminho para diminuir a violência no Brasil e o Estado não pode se eximir dessa responsabilidade.

— Reduzir a maioria penal hoje no Brasil, na contramão do que acontece no mundo, é criar um problema mais grave para a sociedade brasileira porque essas crianças, esses jovens, esses adolescentes serão encarcerados em um sistema deteriorado, em um sistema que não promove a reinserção do cidadão apenado depois que cumpre sua pena — afirmou.

Ele também registrou realização de uma feira agropecuária em Palmas.

Vanessa defende fim de doações de empresas em campanhas eleitorais



Genalio Margello/Agência Senado

Não adianta mudar o sistema político-eleitoral brasileiro se for mantido o atual esquema de

financiamento de campanhas, com contribuição de empresas privadas, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Em pronunciamento ontem no Plenário, ela pediu ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que viabilize a conclusão do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pela OAB sobre a doação de pessoas jurídicas para campanhas.

A senadora lembrou que Gilmar pediu vista quando a ação contava com 6 votos favoráveis dos 11 ministros do Supremo. Isso há 400 dias. Essa demora levou internautas a criarem a hashtag #devolvegilmar, que se espalhou na internet. Segundo ela, foram feitos abaixo-assinado, evento no Facebook e até cronômetro, que contabiliza quantos dias Gilmar “está atrasando o andamento da ADI”. Vanessa também avaliou a questão de gênero na representação política.

Reguffe propõe concurso público para escolha de ministro do STF, STJ e TCU



Genalio Margello/Agência Senado

Ontem, após a promulgação da Emenda Constitucional 88, que amplia de 70 para 75

anos a idade de aposentadoria obrigatória de ministros do STF, do STJ, do TCU e demais tribunais superiores, Reguffe (PDT-DF) defendeu em Plenário o preenchimento desses cargos por meio de concurso público. A inovação consta de proposta de emenda à Constituição (PEC 52/2015) de autoria do senador, apresentada esta semana.

— O Judiciário hoje sofre um total tráfico de influência, onde interesses os mais variados tentam predominar. É claro que há juízes e ministros sérios e independentes. Mas não é correto um modelo onde o indicado vai julgar as ações de quem o indicou. Isso não é bom para a democracia e a sociedade brasileira — disse.

A PEC também exige concurso para escolha dos conselheiros dos tribunais de contas estaduais e municipais. Outra novidade é a nomeação para mandatos de cinco anos.

A proposta aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Com mais crise e nenhum crescimento, 2015 já é um ano perdido, avalia Lasier



Genalio Margello/Agência Senado

O cenário econômico brasileiro promete combinar muita crise com nenhum desenvolvimento, segundo Lasier

Martins (PDT-RS). Em discurso ontem, ele disse que isso decorre dos repetidos equívocos cometidos nos últimos anos pelo governo, que se pautou por excesso “de propaganda, marketing, populismo e demagogia, mas com pouca efetividade e eficiência em suas ações”.

Para Lasier, 2015 já é um ano perdido. O rendimento médio do trabalhador brasileiro registrado em março deste ano foi R\$ 2.134,60, o que significa um recuo de 2,8% em relação a fevereiro e um recuo de 3% em relação a março de 2014. Numa análise dos números da economia, o senador afirmou que, a cada nova estatística, vê-se que a situação piora.

— Emprego e renda estão sendo castigados pela má condução da economia. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego aumentou para 6,2% em março, o maior índice desde maio de 2011. Em Porto Alegre, a taxa subiu de 4,7% para 5,1%.

Fórum de Combate à Terceirização pede a Renan discussão profunda

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes do Fórum de Combate à Terceirização. Acompanhado dos senadores Rose de Freitas (PMDB-ES), Paulo Paim (PT-RJ) e Ana Amélia (PP-RS), o movimento integrado por centrais sindicais, estudiosos e entidades de classe — como a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) — pediu a Renan que seja feita uma discussão profunda, no Senado, do projeto que regulamenta a terceirização.

Integrantes do fórum disseram ao presidente que o projeto, aprovado pela Câmara e em discussão no Senado, não resolve a situação dos trabalhadores terceirizados e representa um processo de desconstrução dos direitos trabalhistas. O movimento pediu para participar da sessão temática sobre o tema marcada para 14 de maio no Plenário do Senado.

Renan explicou que o projeto será debatido detalhadamente na Casa. Ele enfatizou que a matéria passará pela análise de quatro comissões

temáticas e não será votada de forma apressada.

— É evidente que o assunto divide opiniões. Nosso propósito é contribuir com a regulamentação, mas colocaram coisas demais, virou um “liberou geral” em relação à regulamentação da atividade-fim. E aí o resultado é a precarização do trabalho, a diminuição dos salários. Temos que respeitar a velha senhora, que é a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Não dá para concordar com um novo modelo de desenvolvimento econômico do país baseado na retirada de direitos trabalhistas — advertiu Renan.

Aprovado na Câmara em 22 de abril (PL 4.330/2004) após 11 anos de tramitação, o texto suscitou polêmica e intenso debate no Congresso e na sociedade, envolvendo entidades sindicais e trabalhadores.

A proposta recebeu novo número no Senado (PLC 30/2015). Se alterada, retorna à Câmara para nova análise. O texto libera a terceirização de todas as atividades de uma empresa e cria regras de sindicalização, entre outras medidas.



Audiência pública discutiu crise em planos de previdência de servidores públicos, como o Postalís, dos Correios

Debate: fundos de pensão devem compartilhar gestão

Especialistas e servidores defenderam, em audiência ontem, participação dos trabalhadores na administração dos planos, investimento em mais fiscalização e segurança sobre a aposentadoria

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debateu ontem a situação dos planos de previdência dos servidores públicos. Os maiores fundos de pensão estatais brasileiros fecharam 2014 com balanços negativos e a conta está sendo paga pelos trabalhadores que contribuem para eles.

Os fundos de pensão da Caixa Econômica (Funcef) e dos Correios (Postalís) criaram neste ano planos para “equacionar o déficit”. As medidas incluem aporte de recursos pelas empresas e pagamento de contribuição extra pelos segurados, que chega a cortar metade do salário líquido de alguns deles.

No debate, a presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, Cláudia Ricaldoni, defendeu que a fórmula para resolver o rombo dos fundos é melhorar a gestão, de forma compartilhada entre as esta-

tais e os trabalhadores, além de investir em fiscalização. Para ela, o caso do Postalís, o mais grave, é uma exceção.

— Tudo que não podia acontecer dentro do Postalís aconteceu, e não foi por acidente. O caso do Postalís, para mim, senadores, é caso de polícia. E não foi à toa que o órgão fiscalizador já encaminhou isso para o Ministério Público e para a Polícia Federal. Postalís é um caso à parte — avaliou.

O presidente CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), lembrou que o Senado vai instalar a CPI dos Fundos de Pensão. Disse que é preciso, porém, encontrar uma forma de recuperar os prejuízos sem prejudicar os trabalhadores que contribuíram para os fundos.

— Ao pagar pelo rombo, vai perder-se o investimento de uma vida. Continuam em uma situação muito desagradável. Se houve alguma surpresa quanto à gravidade e à exten-

são do problema, o fato é que desde o final do ano passado sabia-se que a situação dos fundos era preocupante — afirmou Paim.

Para Edson Dorta, da Federação dos Trabalhadores dos Correios, a má gestão e os desvios nos fundos vêm desde a ditadura. Ele culpou indicações políticas nas diretorias por isso. Dorta afirmou que o trabalhador precisa de segurança sobre o futuro.

— Nós acreditaríamos que isso fosse sério se a gente pudesse reaver esse dinheiro que foi roubado dos trabalhadores. Aí, sim. A solução pro trabalhador dos Correios é saber se a aposentadoria dele vai ser garantida ou se não vai ser garantida — disse.

Também foram ouvidos representantes dos fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (Petros), do Bannisul e do estado do Tocantins.

Criada CPI para apurar previdência de estatais

Foi criada ontem no Senado a CPI dos Fundos de Pensão, destinada a investigar irregularidades e prejuízos na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, ocorridos a partir de 2003.

O pedido de criação foi lido na quarta-feira em Plenário e, até a meia-noite, não houve retirada de assinaturas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou ofício às lideranças partidárias pe-

dindo que, em cinco dias úteis, indiquem os nomes que integrarão a CPI.

Com o apoio de 27 senadores, o pedido foi protocolado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ana Amélia (PP-RS) e Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB, que disse só ter descansado depois da meia-noite, quando não havia mais possibilidade de retirada de assinaturas.

A CPI terá 11 integrantes. As investigações deverão voltar-se a fundos de pensão de estatais, como Petros (Petrobras), Postalís (Correios) e Previ (Banco do Brasil).



Cássio foi um dos senadores que protocolaram pedido para criação da CPI

Comissão parlamentar revelará um “mundo nebuloso”, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) saudou em Plenário, ontem, a constituição da CPI dos Fundos de Pensão. Para ela, a comissão vai contribuir para esclarecer o “mundo nebuloso” dos fundos de aposentadoria complementar das sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

A senadora contou que tem ouvido relatos de empregados e aposentados que

temem que a poupança feita ao longo da vida seja perdida pela “ação de maus gestores”.

— Precisamos de uma investigação rigorosa, porque se trata de potencial e grave risco para a aposentadoria de milhares de trabalhadores.

Ela disse que as contas da maioria dos fundos “não batem” quando se analisam os balanços e que apenas o Postalís, dos Correios, teve rombo acima de R\$ 6 bilhões.

Aprovado acordo sobre seguridade social entre Brasil e Quebec

O Plenário aprovou ontem a validação de acordo firmado entre o Brasil e a província de Quebec, no Canadá, na área de previdência social. Com isso, trabalhadores brasileiros e da província canadense vão passar a ter benefícios, responsabilidades e direitos previdenciários definidos pela legislação local.

O texto (PDS 34/2015) assegura, por exemplo, a soma dos períodos de contribuição para os sistemas de previdência de ambas as localidades, para fins de aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

O texto passou antes pela Câmara. No Senado, recebeu parecer prévio favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE), com base em relatório de Jorge Viana (PT-AC).

Segundo o senador, a reci-

procidade de sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos de seguridade social, especialmente em situações de risco involuntário, como seguro-doença.

Viana destacou que o Brasil já possui acordos semelhantes com vários países, como Estados Unidos, China, Argentina, Uruguai, Portugal, Espanha.

A província de Quebec, que responde por 25% do produto interno bruto e da população do Canadá, concentra cerca de um terço dos brasileiros radicados no país, uma comunidade estimada entre 20 mil e 30 mil pessoas.

Segundo o governo, a autonomia do sistema previdenciário do Quebec em relação ao governo central do Canadá tornou necessário um acordo



Relator, Viana destaca que projeto garante direitos como o seguro-doença

específico com o governo da província.

O Plenário aprovou também projeto que valida acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a República da Guiné assinado em 2011 (PDS 35/2015).

Com duração prevista de cinco anos, o acordo fixa que os ministérios de cada país

responsáveis pela cooperação internacional deverão designar representantes que se reunirão periodicamente para tratar de programas, projetos e atividades de cooperação técnica.

Caberá aos representantes, por exemplo, avaliar e definir áreas comuns prioritárias para cooperação técnica, aprovar

planos de trabalho e avaliar os resultados.

Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por um país ao outro para a execução de projetos serão isentos de taxas, impostos e outras despesas de importação e exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem e transporte.

Cada parte fica ainda responsável por conceder, ao pessoal designado pela outra parte e também aos dependentes legais, vistos, isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos sobre a importação de objetos pessoais nos primeiros seis meses de estada e isenção de impostos sobre salários pagos por instituições representativas da parte que os enviou ao outro país.